

Caderno nº 49



**PROJETO: IMPLANTAÇÃO DE TURISMO
DE BASE COMUNITÁRIA NA PENÍNSULA
DA JUATINGA/PARATY/RJ – ROTEIRO
CAIÇARA NOS CAMINHOS DE PARATY/RJ**

Autores:

Ana Maria Lopez Espinha
Patricia Regina Rossi Cacciatori



SÉRIE 1 - CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

- Cad. 01 - A Questão Fundiária, 1ª ed./1994, 2ª ed./1997
Cad. 18 - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 1ª ed./2000, 2ª ed./2004
Cad. 28 - RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica, 2004
Cad. 32 - Mosaicos de Unidades de Conservação no Corredor da Serra do Mar, 2007
Cad. 35 - RPPN - Em destaque na Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica, 2008
Cad. 36 - Capacitação em Gestão Participativa na Mata Atlântica, 2008
Cad. 37 - Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, 2009
Cad. 40 - Conservação Marinha e Ordenamento Pesqueiro, 2011
Cad. 41 - Convenção da Diversidade Biológica - cdb: Metas de Aichi 2020 e Protocolo de Nagoya (acesso e repartição de benefícios do uso de recursos naturais), 2012
Cad. 42 - Protocolo de Avaliação de Efetividade de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas no Brasil, 2013

SÉRIE 2 - GESTÃO DA RBMA

- Cad. 02 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1995, 2ª ed./1996
Cad. 05 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
Cad. 06 - Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
Cad. 09 - Comitês Estaduais da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1ª ed./1998, 2ª ed./2000
Cad. 24 - Construção do Sistema de Gestão da RBMA, 2004
Cad. 25 - Planejamento Estratégico da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003

SÉRIE 3 - RECUPERAÇÃO

- Cad. 03 - Recuperação de Áreas Degradadas da Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
Cad. 14 - Recuperação de Áreas Florestais Degradadas Utilizando a Sucessão e as Interações planta-animal, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000
Cad. 16 - Barra de Mamanguape, 1ª ed./1999, 2ª ed./2000

SÉRIE 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS

- Cad. 04 - Plano de Ação para a Mata Atlântica, 1ª ed./1996, 2ª ed./2000
Cad. 13 - Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, 1999
Cad. 15 - Mata Atlântica: ciência, conservação e políticas, 1999
Cad. 21 - Estratégias e Instrumentos para a Conservação, Recuperação e Desenvolvimento Sustentável DaMata Atlântica, 1ª ed./2002, 2ª ed./2004
Cad. 23 - Certificação Florestal, 2003
Cad. 26 - Certificação de Unidades de Conservação, 2003
Cad. 27 - Águas e Florestas da Mata Atlântica: por uma gestão integrada, 2004
Cad. 30 - Certificação em Turismo Sustentável - Norma Nacional para Meios de Hospedagem - requisitos para a sustentabilidade - NIH-54 de 2004, 2005

- Cad. 33 - Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 e Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007
Cad. 39 - Gestão Sustentável e Qualificação Profissional em meios de hospedagem - Estudo de caso Paraty/RJ, 2010

SÉRIE 5 - SÉRIE ESTADOS E REGIÕES DA RBMA

- Cad. 08 - A Mata Atlântica do Sul da Bahia, 1998
Cad. 11 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 1998
Cad. 12 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em Pernambuco, 1998
Cad. 22 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, 2002
Cad. 29 - A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Alagoas, 2004

SÉRIE 6 - DOCUMENTOS HISTÓRICOS

- Cad. 07 - Carta de São Vicente - 1560, 1ª ed./1997, 2ª ed./2000
Cad. 10 - Viagem à Terra Brasil, 1998
Cad. 31 - Balduíno Rambo S. J. - A Fisionomia do Rio Grande do Sul, 2005

SÉRIE 7 - CIÊNCIA E PESQUISA

- Cad. 17 - Bioprospecção, 2000
Cad. 20 - Árvores Gigantescas da Terra e as Maiores Assinaladas no Brasil, 2002
Cad. 34 - Florestas Urbanas - Estudo sobre as Representações Sociais da Mata Atlântica de Dois Irmãos, na Cidade do Recife - PE, 2008

SÉRIE 8 - MaB-UNESCO

- Cad. 19 - Reservas da Biosfera na América Latina, 2000
Cad. 38 - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI / 2009, 2009

SÉRIE 9 - Cadernos Mercado Mata Atlântica

- Cad. 43 - Construção Participativa de diretrizes para o manejo sustentável do pinhão (Araucaria angustifolia) a partir de uma visão da conservação da floresta com Araucária e do uso do pinhão, 2014
Cad. 44 - Construção de indicadores de sustentabilidade da piaçava (AtALLEA FUNIFERA Matus) - 2015
Cad. 45 - Fibras Da Mata Atlântica Das Alagoas - Programa mercado mata atlântica - 2016
Cad. 46 - Construção de indicadores de sustentabilidade da JUÇARA (Euterpe edulis) - 2016
Cad. 47 - Construção de indicadores de sustentabilidade da ERVA-MATE (AtALLEA FUNIFERA Matus) - 2016

SÉRIE 9 - TURISMO SUSTENTÁVEL

- Cad. 49 - Projeto: Implantação de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga/Paraty/RJ - Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty/RJ - 2024

Apoio:



“A realização do Projeto Educação Ambiental é uma medida compensatória pelo Termo de Ajuste de Conduta de responsabilidade da empresa PRIO, conduzido pelo Ministério Público Federal-MPF/RJ”



Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Série: Turismo Sustentável

Editor: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Autores:

Ana Maria Lopez Espinha, Turismóloga e Gestora Ambiental, Coordenadora Geral e Executiva do Projeto - Coordenadora do Programa "Turismo Sustentável – RBMA" e Patrícia Regina Rossi Cacciatori, Turismóloga e Mestre em Gestão Educativa, Coordenadora Técnica e Pedagógica do Projeto - Coordenadora do Programa "Empresa Amiga da RBMA"

Conselho Editorial: Clayton Ferreira Lino e João Lucílio de Albuquerque

Revisão: João Lucílio de Albuquerque Revisão – Diretor Executivo do Instituto Amigos da RBMA

Diagramação: Robert Galastri de Lima

Equipe Técnica do Projeto:

Ana Maria Lopez Espinha: Coordenação Geral e Executiva

Rafael Juan Diego de Camargo Moreira: Coordenação Técnica

Patrícia Regina Rossi Cacciatori: Coordenação Técnica e Pedagógica

Jonas Alves da Silva: Coordenação Local

Cauê Villela Chaves: Coordenação Local

Endereço do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Rua do Horto, 931 - Casa das Reservas - CEP 02377-000 - São Paulo - SP

Fone/Fax: (11) 2208-6080 ou (11) 2208-6084

Site: www.rbma.org.br

Publicação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Autoriza-se a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

Caderno nº 49

PROJETO: IMPLANTAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PENÍNSULA DA JUATINGA/PARATY/RJ – ROTEIRO CAIÇARA NOS CAMINHOS DE PARATY/RJ

Promoção



Realização



Autores:

Ana Maria Lopez Espinha

Patricia Regina Rossi Cacciatori

Junho/2024

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



PROJETO: IMPLANTAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PENÍNSULA DA JUATINGA/PARATY/RJ.

O Projeto: Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga – Paraty/RJ, âmbito do Programa de Turismo Sustentável da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é o tipo de turismo no qual a comunidade organiza e presta serviços para os visitantes, tais como: trabalhar como “guia” local, levar para pescar, para conhecer a roça, a casa de farinha, oferecer hospedagem, alimentação, entre outras atividades. Dessa forma, o TBC se constitui numa alternativa muito interessante para a comunidade trabalhar com Turismo, uma vez que promove a valorização do lugar onde a comunidade vive e interação com diferentes culturas; traz benefícios econômicos, promovendo a melhoria da qualidade de vida; prepara a comunidade para o turismo e também para outras atividades econômicas.

O Programa de Turismo Sustentável da RBMA, foi criado em 1998, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) no bioma Mata Atlântica, por meio de ações que contemplem o fortalecimento de processos de mobilização, formação e engajamento comunitário; auxiliem a dinamização da economia local e o desenvolvimento social, promovendo, dessa forma, a participação e envolvimento das comunidades no planejamento, execução e gestão da atividade turística nos seus territórios.

Ao longo destes 26 anos, o Programa vem desenvolvendo diversos projetos e ações, buscando contribuir para a oferta de um bom produto turístico, que gere benefícios para toda a comunidade, por meio da formação de pessoas e divulgação da qualidade dos recursos naturais e culturais de comunidades, a exemplo da praia bonita e limpa, floresta com muitos animais, resíduos com coleta e destinação correta, gente hospitaleira que valoriza suas tradições e construções, opções de hospedagens confortáveis e aconchegantes, comidas típicas, entre outros, com destaque para o seguinte:

- Capacitação do receptivo Local, por meio da realização de Cursos de formação básica e avançada de monitores/condutores locais; Cursos de Planejamento e Gestão Sustentável de Meios de Hospedagem e Agências/Operadoras; Cursos de qualificação profissional de gerentes e funcionários de pousadas e agências/operadoras; Cursos para implantação de normas de turismo de aventura e norma para a gestão sustentável de Meios de
-

Hospedagem;

- Apoio as ações de Uso Público em Unidades de Conservação e em áreas privadas, por meio de estudos e manejo de atrativos naturais; apoio ao ordenamento da visitação turística; inventário de atrativos e potencialidades;
- Apoio na elaboração de Políticas Públicas para o fomento do turismo sustentável, com ênfase no planejamento estratégico para o incentivo e implantação do Turismo de Base Comunitária por meio da gestão integrada das diversas instâncias;
- Elaboração e implantação de produtos sustentáveis para o mercado turístico, a exemplo os Roteiros da Biosfera, carro chefe desta linha de ação. – Roteiros da Biosfera são circuitos turísticos reconhecidos pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA que integram atrativos caracterizados por produtos, equipamentos, eventos e serviços associados ao uso sustentável da sócio biodiversidade. Eles objetivam o desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos inseridos na RBMA, promovendo de forma integrada e participativa um turismo que valorize a paisagem, a conservação dos recursos naturais, os produtos e serviços associados à natureza e à cultura regionais.

Nesse sentido, nas suas diversas ações, diretas e indiretas, no território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Programa de Turismo Sustentável, por meios de projetos e parcerias, já formou mais de 1600 Monitores e Condutores Ambientais nos estados de São Paulo, Paraná, Sergipe e Rio de Janeiro; realizou treinamentos para empresários e prestadores de serviços em turismo; realizou análise e gerenciamentos de riscos de atividades turísticas em diversos estados da Mata Atlântica; e, realizou estudos, levantamentos e manejo de atrativos turísticos em Unidades de Conservação. Pela excelência e expertise, recebeu da UNESCO prêmio em representação a experiências exitosas na implantação de projeto de qualificação profissional voltados para moradores da Mata Atlântica.

No ano de 2021, a RBMA lançou os “Roteiros da Biosfera”, que são circuitos turísticos reconhecidos pela RBMA que integram atrativos caracterizados por produtos, equipamentos, eventos e serviços associados ao uso sustentável da sócio biodiversidade. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos inseridos na RBMA, promovendo de forma integrada e participativa um turismo da sustentabilidade que valorize a paisagem, a conservação dos recursos naturais, os produtos e serviços associados à natureza e cultura regionais.



O Projeto Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga - Paraty /RJ, que resultou na criação do “Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty”, é o segundo roteiro lançado pela RBMA, e tem como objetivo a promoção e o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo nas comunidades da Península da Juatinga, no município de Paraty, estado do Rio de Janeiro.

O projeto, executado pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA) foi apoiado pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), em parceria com a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga/Instituto Estadual do Ambiente (INEA); a APA do Cairuçu e o Parque Nacional da Serra da Bocaina/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBIO; PIRATII Turismo - Coletivo de Guias de Turismo e Turismólogos de Paraty.

Dedicatória

Este caderno é dedicado às Comunidades Caiçaras que usam os recursos naturais dentro dos princípios da sustentabilidade e lutam pela sua permanência nos seus territórios, em especial ao Cauê Villela Chaves e Jonas Alves - coordenadores locais, que foram fundamentais para a execução do Projeto.

Aos pesquisadores, docentes, técnicos, especialistas e lideranças que colocam em pauta os princípios do Turismo de Base Comunitária nas estratégias e desenvolvimento socioambiental.

Aos tomadores de decisão das políticas que tem o compromisso de promover a conservação e as boas práticas do Turismo Sustentável.

Aos parceiros desse projeto, que contribuíram para sua execução com excelência.

A todos apreciadores da natureza, do povo caiçara e sua cultura.

**Índice**

RESUMO EXECUTIVO	11
A RBMA e o IA-RBMA – integração estratégica	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. A REGIÃO ABRANGIDA PELO PROJETO	18
2.1 A Península da Juatinga/RJ	18
2.2. Sobre as Unidades de Conservação presentes no território	20
3. OS PILARES PARA A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA E INTEGRADA DE SABERES PARA A CONSTITUIÇÃO DO ROTEIRO INTEGRADO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PENÍNSULA DA JUATINGA/RJ	21
4. OBJETIVOS E MÉTODOS	23
4.1. Objetivo específico 1: Realizar a organização e planejamento participativo das atividades	24
4.2. Objetivo específico 2: Realizar mapeamento/inventário de atrativos, iniciativas, atividades e eventos que se enquadrem nos conceitos de sustentabilidade socioambiental/Turismo de Base Comunitária.	25
4.3. Objetivo Específico 3: Formação, qualificação profissional e ambiental por meio de cursos, oficinas e seminários de capacitação do receptivo local, bem como a integração de produtos e serviços turísticos sustentáveis da região.	32
4.3.1. Cursos de Formação de Condutores Ambientais	34
4.3.2. Realização de Oficinas Temáticas	43
4.3.2.1. Oficina de Mídias Digitais	43
4.3.2.2. Oficinas de Empreendedorismo	44
4.3.2.3. Oficina sobre Técnicas de segurança alimentar/manipulação de alimentos	44
4.3.2.4. Oficinas de Técnicas de Hospedagem e Bem Receber	45
4.3.2.5. Realização de oficina de organização de associação comunitária	47
4.3.2.6. Curso de Observação de aves	47
4.3.2.7. Curso de Análise e Gestão de Riscos	48
4.3.2.8. Curso de Manejo de Trilhas	50
4.4. Objetivo Específico 4: Criação do Produto Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga e sua governança	51
4.5. Objetivo Específico 5: Realizar ações de comunicação, promoção e divulgação do Roteiro Integrado	51
5. RESULTADOS PREVISTOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO	55
5.1. Com relação aos resultados específicos	55
5.2. Desdobramentos do Projeto	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

RESUMO EXECUTIVO

As Reservas da Biosfera são o principal instrumento do Programa MAB – Homem e Biosfera e compõe uma rede mundial que, atualmente (2023-2024), conta com 748 Reservas reconhecidas em 134 países, de áreas voltadas a Pesquisa Cooperativa, à Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e à Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Compondo essa Rede Mundial, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) abrange uma área de cerca de 89 milhões de hectares em 17 estados brasileiros, a saber: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; inclui também áreas marinhas na zona costeira e ilhas oceânicas, como Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Arquipélago São Pedro e São Paulo, ilhas de Trindade e Martim Vaz. É a maior Reserva da Biosfera do planeta e tem como missão “contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica”.

Na busca de cumprir com a sua missão, a RBMA possui vários Programas e Projetos, entre os quais destacamos aqui o Programa Turismo Sustentável, criado em 1998, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) no bioma Mata Atlântica.

Nesse sentido, considerando o turismo como um vetor de desenvolvimento local e de inclusão social, a realização do Projeto Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga - Paraty/RJ, o qual resultou na criação do “Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty”, a RBMA reafirma o compromisso em todo o seu território, com ações orientadas por objetivos que visem à estruturação, diversificação e qualidade de destinos que promovam a interação do ser humano com os recursos naturais e culturais na Mata Atlântica, de maneira a transformar estes ativos em fonte de lazer, entretenimento e conhecimento para visitantes, bem como, em inserção socioeconômica da população local.

A RBMA sente-se honrada em lançar o “Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty” e convida você e sua família para prestigiar esse belo destino turístico de base comunitária, numa perspectiva de vivenciar novas experiências e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

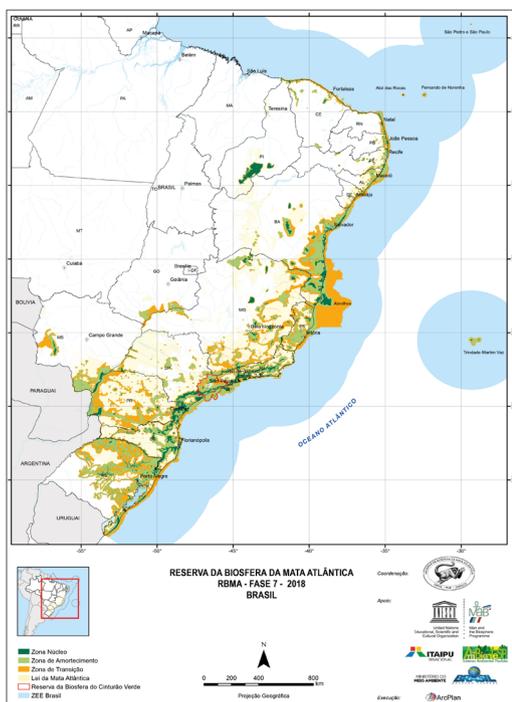
Mary Sorage Praxedes da Silva Medeiros
Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



A RBMA e o IA-RBMA – integração estratégica

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil há mais de 30 anos. É a maior Reserva da Biosfera do planeta, com 89.687.000 hectares abrangendo 17 estados brasileiros de ocorrência natural do Bioma Mata Atlântica. A missão da RBMA é “contribuir de forma eficaz para o estabelecimento de uma relação harmônica entre as sociedades humanas e o ambiente na área da Mata Atlântica”.

A RBMA estende-se por mais de 6.750 dos 8.000 km do litoral nacional, com distribuição natural do estado do Piauí ao estado do Rio Grande do Sul, avançando mar afora, englobando diversas ilhas oceânicas como Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade e adentrando no interior de vários estados costeiros, bem como bem como nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.



Está entremeada na área mais urbanizada e populosa do país, tendo em seu entorno de aproximadamente de 133.207.422 milhões de habitantes e atividades econômicas que respondem por aproximadamente 70% do PIB brasileiro. Abrange áreas de 2.733 dos 3.400 municípios brasileiros distribuídos pela área de ocorrência original do Bioma Mata Atlântica, sendo 682 integralmente inseridos

e 2.051 parcialmente inseridos.

Uma das três funções da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é o Desenvolvimento Sustentável e nesse sentido tem como estratégia, apoiar a realização de ações e projetos, na perspectiva de uma economia de qualidade, que visem o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis e que incentivem a geração de emprego e renda entre as comunidades estabelecidas na área da Mata Atlântica, ações e projetos estes realizados e viabilizados por meio do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA).

O Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA, fundado em Ilhéus/BA, em outubro de 1999, é uma Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com finalidades ambientais, científicas, educativas e socioculturais, que integra o sistema de gestão da Reserva da Biosfera na condição de entidade vinculada. Sua Diretoria e Assembleia são compostas por membros do Conselho Nacional da RBMA o que assegura total interdependência entre estas instâncias.

Os objetivos institucionais do IA-RBMA são:

- a) apoiar a implantação e o fortalecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, em todos seus campos de atuação, em conformidade com as diretrizes, prioridades e estratégias definidas pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica:
- b) captar e gerenciar recursos voltados à implantação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e de projetos de conservação, recuperação e desenvolvimento sustentável em sua área de atuação.



1. INTRODUÇÃO

O projeto foi executado pelo Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Organização Social de Interesse Público (OSCIPI), que integra o sistema de gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como braço executivo de caráter jurídico – com o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), atendendo uma parcela obrigatória para o cumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) por danos ambientais causados na região por parte de uma empresa da iniciativa privada.

No que se refere aos projetos voltados ao mercado de turismo, o IA-RBMA elabora e implanta projetos utilizando ferramentas do Planejamento Estratégico e Participativo, com o objetivo de aliar a cultura nas suas várias formas de manifestação, às Boas Práticas do turismo, utilizando o conhecimento ancestral, o modo de vida, os “saberes e fazeres” e fundamentalmente, as formas de interação destas comunidades com a natureza, valendo-se dos princípios do Turismo de Base Comunitária.

Sendo largamente reconhecida no Brasil, a RBMA foi procurada pela liderança da Comunidade de Ponta Negra, para a construção de uma proposta de fortalecimento do Turismo de Base Comunitária e com vistas a integrar as comunidades da Península da Juatinga, dada a necessidade urgente de organização de base local para atender a uma demanda turística massiva oriunda do destino Paraty, gerando impactos socioambientais, fundamentalmente no modo de vida dos caiçaras.

Dessa forma, com base na missão, visão e valores voltados ao desenvolvimento integrado e à conservação de forma estratégica, teve início a mobilização local envolvendo lideranças das associações comunitárias, das áreas protegidas da região - Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ/INEA), APA Cairuçu (ICMBio), PARNA Bocaina (ICMBio), PIRATII Turismo - Coletivo de Guias de Turismo e Turismólogos de Paraty, e fundamentalmente as comunidades caiçaras.

Nos diversos diálogos com as comunidades junto a lideranças, moradores e parceiros, o projeto abrangeu inicialmente 09 comunidades costeiras da Península da Juatinga - de Paraty/RJ: Ponta da Juatinga, Ponta Negra, Saco Anchovas, Saco do Mamanguá, Martim de Sá, Pouso da Cajaíba,

Cairçu das Pedras, Praia do Sono e Trindade, esta última que, mesmo não compondo o território da península, foi integrada ao Projeto por se tratar de destino turístico indutor e que possui como referência como história de luta pelo território e manutenção da vida caiçara. Posteriormente, foram inseridas as comunidades de Laranjeiras e Paraty Mirim, que além de serem pontos de acesso às demais comunidades, demonstraram grande interesse em participarem das ações do projeto sendo assim, o projeto atendeu 11 comunidades caiçaras.

O projeto pautou-se na consideração do Turismo de Base Comunitária a partir da gestão do território, ou seja, a atividade turística como alternativa “eco social” e baseada nas Boas Práticas para o receptivo turístico, inclusive já intrínsecas as comunidades caiçaras com relação ao uso dos recursos naturais e culturais e, na forma de acolher os visitantes. Não é entendido como um segmento, mas sim um conceito sobre o “como” praticar o turismo de forma mais integrada ao destino, fundamentalmente nas localidades povoadas por comunidades tradicionais e outras que têm ligação profunda com o uso da terra.

Dado que os recursos naturais e culturais são a base para a prática turística e a motivação das viagens, estas Boas Práticas, inquestionavelmente devem transparecer a identidade ancestral caiçara na sua relação com a terra e com o mar, relação esta determinante para a constituição de uma governança turística baseada nos princípios de mínimo impacto, da participação, da comunicação objetiva e democrática e, no regramento da visitação em conformidade à realidade quotidiana. Estes elementos associados, fortalecem e promovem seus saberes de forma mais consciente e coletivamente responsável, tornando a comunidade um destino diferenciado voltado à “experencição” do visitante, sem danos das características anfitriãs.

As condicionantes do Turismo de Base Comunitária (TBC) que balizaram as ações do projeto foram:

- O TBC é uma forma de fazer turismo, por meio do qual a comunidade local é protagonista da experiência, visando a sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental;
- É realizado principalmente em comunidades tradicionais (aqui entendidas como grupos com cultura diferente da sociedade em geral);



- O TBC deve ser uma prática para gerar benefícios socioambientais para a comunidade anfitriã e visitantes, promovendo os saberes locais/regionais e a cultura ancestral;
- Demanda a capacitação para o receptivo turístico com vistas ao desenvolvimento do auto pertencimento local e empoderamento sobre o conhecimento, saberes locais e tradicionais;
- Possibilita que o visitante seja integrado por meio da vivência com a realidade local, as experiências mais personalizadas e democráticas;
- Possibilita a imersão na cultura e modo de vida locais, fortalecendo a integração de experiências e das culturas, o que inclui a cultura de convívio com a natureza e seus diversos recursos;
- Favorece a realização de um tipo de turismo de menor impacto às comunidades anfitriãs, já que se apresenta como proposta de desenvolvimento local socialmente mais justa e ambientalmente mais responsável norteada pelos preceitos da sustentabilidade (BURGOS; MERTENS, 2015).

Esta forma de gerenciar a atividade turística, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, permite que predominem as vivências culturais e socioambientais específicas, associadas à geração de renda complementar para os comunitários que sofrem pressões nos seus territórios culturais. Vale destacar que esta forma de gerenciamento da atividade turística faz parte das principais agendas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo FURLAN, Sueli.2022, o Turismo de Base Comunitária é organizado por e para a comunidade, sendo um conceito que vem se consolidando como um modo de interagir, refletir, apoiar modos de vida e também associando práticas de lazer à conservação da natureza. Sob a análise mercadológica, é fato que se de um lado este tipo de turismo celebra conquistas, de outro enfrenta conflitos, por exemplo, é considerado um obstáculo no avanço da especulação imobiliária e a expansão do turismo massivo. O mercado turístico em si cria conflitos e nem sempre a valorização do modo de ser, viver e trabalhar das comunidades tradicionais caiçaras vem sendo valorizada do ponto de vista de oportunidade para o entrosamento entre anfitriões e visitantes.

Há que se ter a cautela sobre o turismo de massa se apossar do TBC como estratégia de marketing, tendendo ao modismo e não à prática efetiva de uma atividade de lazer responsável no território.

No Brasil, o mercado turístico na sua maior porção, tem foco no atendimento e promoção de um turismo mais massivo e não é diferente na área alvo do projeto, na qual o município de Paraty/RJ, é um destino turístico indutor no Estado do Rio de Janeiro e em nível nacional, conduzindo naturalmente este fluxo às comunidades caiçaras abrangidas pelo projeto e que sofrem com as interferências desta demanda voltada ao consumo do “sol e praia”. Notadamente, este perfil de consumo não vem agregando ou promovendo de forma coerente a identidade destas comunidades.

A exemplo da *Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário, 2001, Arts. 1 e 2*¹, o turismo em territórios tradicionais, deve ser uma “atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável”. Do ponto de vista objetivo, o TBC deveria ser paulatinamente, o conceito operacional adotado em todas as modalidades do turismo, dado que seus pilares envolvem serviços e práticas que coloquem em evidência aspectos culturais, a integração entre de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades existentes nos destinos.

Um estudo no território da Bocaina, considerado território complexo do ponto de vista da governança ambiental, aponta que TBC é entendido como uma prática social de extrema importância para a manutenção de modo de vida das comunidades e que fortalece sua luta na defesa de seus territórios (OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA – OTTS, 2019). Assim, a implantação do Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária - Roteiro Caiçara: Nos caminhos de Paraty - vem de encontro a esta constatação do OTTS, colaborando

¹ (...) Nossa concepção de desenvolvimento do turismo é sustentada nos valores de solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes englobam. Consequentemente, nós somos contra qualquer desenvolvimento do turismo em nossos territórios que prejudique nossos povos, sua cultura e o meio ambiente. Nós esperamos que nossas comunidades possam prosperar e viver com dignidade, melhorando as condições de vida e de trabalho de seus membros. O turismo pode contribuir na concretização desta aspiração na medida em que fizermos dele uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. (Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário, 2001 Arts. 1 e 2).



diretamente com oportunidade da conquista da organização social, por meio da implantação de um produto sustentável.

O projeto em pauta, tem como premissa que o Turismo de Base Comunitária não deve competir ou suplantar as atividades tradicionais que garantem a perpetuação da sua cultura, mas sim, que complementa as conquistas de permanência territorial caiçara, comunidades que sabem, sem sombra de dúvidas, associar o uso turístico à conservação socioambiental e cultural, gerando renda simultaneamente ao controle dos possíveis impactos que a visitação pode causar e mais, conectar os elos da cadeia produtiva do turismo para fortalecer a renda complementar, por meio de uma gestão do turismo feita pelos comunitários e por eles gerenciada.

2. A REGIÃO ABRANGIDA PELO PROJETO

2.1 A Península da Juatinga/RJ

A península da Juatinga localiza-se em Paraty no estado do Rio de Janeiro. É considerada a região mais isolada do município de Paraty-RJ e abriga diversos núcleos populacionais que autores e diversos estudiosos reconhecem como povos tradicionais caiçaras. Há navegadores que a definem como o Cabo Horn brasileiro em razão do mar agitado que provoca ondas altas e fortes na maior parte do ano.

Trata-se de um território caracterizado com relevo acidentado, clima quente e úmido, além de inúmeras praias, em sua maioria, praticamente isoladas e desertas que despertam o interesse dos turistas. Está localizada no Bioma Mata Atlântica, com rica biodiversidade e devido à sua formação geográfica com elevações, morros, escarpas, encostas e vegetação densa, propicia a preservação de elementos da cultura regional e da natureza em decorrência da dificuldade de acesso a vários locais que inclusive, mantém sua originalidade de ecossistemas e paisagens. A conectividade na Península se dá por meio da famosa Trilha da Juatinga, trilha de longo curso que requer bom preparo físico na busca de novos desafios. Para a realização do percurso completo, são necessários entre dois e três dias de caminhada e a trilha é muito procurada por turistas mais aventureiros. No mais, o acesso às comunidades é feito pelos moradores e outros visitantes pelo mar.

A etimologia do nome “Paraty” é incerta devido à ausência de fontes coloniais que expliquem sua origem. Segundo o tupinólogo Eduardo Navarro, em seu Dicionário de Tupi Antigo (2013), aponta o étimo paratí’y, do tupi antigo, que significa “rio dos paratis”, pela junção de parati (parati) e ‘y (rio). “Parati” é tanto uma espécie de peixe da família dos mugilídeos quanto uma variedade de mandioca.

Em área significativa habitada por famílias descendentes de caiçaras, sua importância em termos ambientais, engloba a paisagem variada, associada à necessidade inegável de conservação do Bioma Mata Atlântica que envolve este território do Rio de Janeiro, a península está protegida pela Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA Cairuçu/ICMBio) e pela Reserva Estadual Ecológica da Juatinga (REEJ/INEA), limitando-se com áreas do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PARNA Bocaina/ICMbio).

Na definição de Antônio Carlos Diegues, “os caiçaras são uma mistura de povos indígenas já extintos, europeus de diversos países e negros, principalmente quilombolas que após processos de ocupação do interior, devido aos diversos ciclos econômicos do Brasil colonial, ficaram relativamente isolados nessa estreita faixa de terra, o mar e a serra, que se estende do sul do Paraná até o centro do Rio de Janeiro”, (Antonio Carlos Diegues, fundador do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade Estadual de São Paulo (Nupaub/USP).

O turismo, tal como hoje se conhece no município de Paraty/RJ, se expandiu com a abertura da BR 101 que interliga os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando a divulgação da região e levando visitação às diversas praias nas quais estas comunidades residiam e algumas permanecem.

Algumas das características antrópicas de Paraty, têm relação direta com a criação do município de Paraty, porto estratégico para importantes ciclos econômicos do país, como o ciclo do ouro, da cana-de-açúcar e do café, o que explica a existência de ruínas de fazendas de engenho, alambiques e vestígios do tráfico de escravos no território.

Os antecedentes históricos e econômicos de Paraty na península deixaram registros, como é o caso dos nomes de algumas praias como Martim de Sá e “saberes e fazeres” que ainda se vêem na pesca, no salgar do pescado, histórias e assim por diante.



2.2. Sobre as Unidades de Conservação presentes no território

Com relação às áreas protegidas que estão no território, há a sobreposição de parte delas nas comunidades alvo do projeto, e consequentemente, algumas das comunidades estão inseridas simultaneamente em mais de uma Unidade de Conservação, como mostra a figura 1 (estilizada) na sequência.

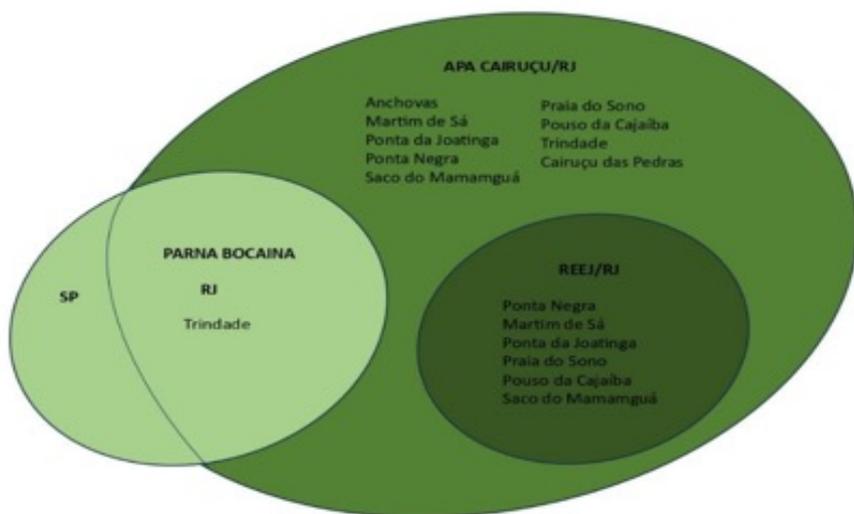


Figura 1 - Esquema estilizado das Unidades de Conservação na Península da Juatinga e sobreposições. Comunidades que pertencem aos perímetros das Unidades. Elaboração: RBMA, 2023

Estas sobreposições obviamente, são uma via de mão dupla no sentido de que atrativos das comunidades devem respeitar regras de uso das Unidades de Conservação onde estão localizados e da mesma forma, as Unidades, manterem o diálogo e consolidarem normas comuns de uso dos pontos de visitação. Vale destacar que a REEJ foi criada para preservar as comunidades tradicionais caiçaras.

3. OS PILARES PARA A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA E INTEGRADA DE SABERES PARA A CONSTITUIÇÃO DO ROTEIRO INTEGRADO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA PENÍNSULA DA JUATINGA/RJ

Este projeto foi desenvolvido ao longo de 18 (dezoito) meses e foi dividido em 5 (cinco) objetivos específicos nos quais foram privilegiados os processos participativos e priorizadas as formas de atuação que envolvem as comunidades na condução de todas as atividades previstas, conforme Figura 2 – a seguir:

OBJETIVOS INTEGRADOS – GESTÃO CÍCLICA DO PROJETO



Figura 2 - Objetivos Específicos do projeto

A metodologia do projeto baseou-se nas experiências da instituição proponente e organizações parceiras na execução de projetos que visam a promoção do turismo de base comunitária no território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, onde são privilegiados os processos participativos e priorizadas as formas de atuação que envolvem as comunidades na condução de todas as ações previstas.

Foram utilizadas ferramentas e técnicas que permitiram a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções frente à realidade vivida pelas comunidades envolvidas. Com enfoque multi e interdisciplinar buscou-se a construção da cidadania neste processo, por meio da troca de saberes e conhecimentos, promoção de vivências, estímulo ao



fortalecimento das práticas associativas e busca de novas parcerias. As atividades adotaram os princípios do ordenamento e implantação do turismo de base local e agregação de valor dos produtos associados à atividade turística na região.

Todas as ações do projeto permearam o trabalho da comunicação, divulgando, motivando, articulando, capacitando e formando os envolvidos, pela produção de diversos materiais educativos e de divulgação.

O Projeto foi organizado em cinco objetivos específicos, que reúnem as diversas atividades.

Estas ações se relacionam entre si, de modo a atender os seguintes princípios:

- Replicabilidade – as atividades propostas: produção sustentável, qualificação profissional e educação ambiental, apresentaram condições de serem continuadas na região do Projeto e em outras;
- Sistematização – as informações foram organizadas, para permitir a avaliação e a replicação das ações;
- Participação – a participação do público-alvo, cadeia produtiva do turismo, pescadores, produtores artesanais e suas organizações, bem como outros órgãos e entidades envolvidas foi fundamental, em todos os momentos do Projeto;
- Multi institucionalidade – o Projeto envolve pescadores, produtores artesanais e moradores ligados a atividade turística, além de diversos grupos e organizações governamentais, não governamentais e comunitárias;
- Multidisciplinaridade – o desenvolvimento das atividades envolveu diferentes áreas do conhecimento, no campo da conservação, turismo, educação e comunicação.

Ao longo de todo o processo, a disseminação e a troca de informações, foi contínua possibilitando e fortalecendo a participação em Cursos e Oficinas e fundamentalmente na construção do Roteiro Integrado de Base Comunitária. O Projeto culminou em desdobramentos, conforme serão apresentados no capítulo 5 “Resultados Previstos e Desdobramentos do Projeto”, confirmando que este sistema de integração, envolveu um grande número de participantes, seja direta ou indiretamente.

Vale salientar que as estruturas didático-metodológicas das reuniões, cursos e oficinas, tiveram sempre o viés da participação coletiva, democratizando desde a constituição do calendário das aulas com os participantes, até as formas de integração do grupo, que visam a troca de conhecimentos de forma objetiva e humanizada, o que contribuiu diretamente com o processo integral, até a constituição do Roteiro, ou seja, as ações e etapas são interligadas por ações – elo. Neste contexto, a comunicação integrada e democrática (cíclica) foi o fator determinante para a fluidez dos acordos.

4. OBJETIVOS E MÉTODOS

O projeto foi estruturado e desenvolvido em cinco etapas (objetivos específicos) complementares e integradas entre si, com base na metodologia participativa, possibilitando a adequação fluida de complementações e ajustes que tornam o projeto o reflexo da identidade e dinâmica locais.

A lógica sequencial das etapas considerou os seguintes princípios: diálogo aberto, troca de experiências, capacitação técnica especializada, conhecimento da oferta turística (o que pode ser usado pelo turismo e o que não e o porquê), replicabilidade, incentivo à cooperação, democratização de saberes, governança participativa e gestão do produto final.

Com vistas a garantir o cumprimento de cada uma das etapas, o fator “comunicação” se deu por duas vertentes:

- a comunicação integrada do projeto, por meio do planejamento das coordenações quanto às formas de abordagem das ações/atividades e seus propósitos ao público-alvo e parceiros, realizando-se a medição e a análise de resultados a cada etapa, a elaboração de documentos e o diálogo constante com a equipe executiva e representantes locais para a informação sobre encaminhamentos e decisões – a denominada Comunicação Circular;
- a comunicação estritamente relacionada aos produtos de mídia elaborados no decorrer do trabalho, com ênfase na promoção destes materiais que compõem a estrutura de veiculação do produto final, com a utilização de uma linguagem persuasiva, voltada para a validação social, pautada na reciprocidade para



o consumo utilizando-se de canais de veiculação digitais e materiais produzidos ao longo do Objetivo Específico 5, descrito ao longo deste caderno.

Ao longo da narrativa textual do documento, neste capítulo serão apresentados cada objetivo específico e as ações realizadas, bem como a síntese das atividades e respectivas justificativas.

4.1. Objetivo específico 1: Realizar a organização e planejamento participativo das atividades

A primeira etapa do Projeto consistiu na realização de reuniões online com as lideranças e os representantes de cada uma das comunidades envolvidas, para apresentação da proposta, e alinhamento de todas as atividades previstas no projeto, com identificação de possibilidades, obstáculos e estratégias para a execução e sua implementação.

Durante as reuniões de Planejamento Participativo, foi criado um Coletivo Local, para acompanhamento de todas as etapas do Projeto e fortalecimento da comunicação integrada. Além disto, ao longo das atividades integradoras representadas por dinâmicas como plenárias e interação entre os participantes, foi constituído o Plano de Ação do Projeto, contendo os objetivos específicos e as ações correlatas.



Imagem 1 - Oficina de Planejamento Participativo – Construção do Plano de Ação. Fotos: FUJA



Imagem 2 - Entrevistas com lideranças e moradores de comunidades. Fotos: Rafael Juan e Patricia Rossi

4.2. Objetivo específico 2: Realizar mapeamento/inventário de atrativos, iniciativas, atividades e eventos que se enquadrem nos conceitos de sustentabilidade socioambiental/Turismo de Base Comunitária.

A segunda etapa consistiu na realização de um inventário de produtos, serviços e roteiros turísticos e, elos da cadeia produtiva do turismo de base comunitária. Essa ação objetivou conhecer a realidade dos beneficiários, de forma a avaliar suas potencialidades e necessidades. Por meio do mapeamento foi possível identificar as atividades e iniciativas de turismo sobre temas ligados à sustentabilidade e que basearam a discussão dos critérios de qualidade socioambiental para cadeia de turismo local. Esta atividade contemplou as seguintes ações: elaboração do questionário, aplicação do questionário no campo, verificação de necessidades quanto a investimentos para os empreendedores, necessidades de apoio à organização comunitária, digitação dos dados, elaboração de relatório de análise da realidade e um cadastro de iniciativas, serviços, produtos e produtores artesanais que se enquadrem nos conceitos de sustentabilidade socioambiental.

Foram inventariados nas comunidades, 43 atrativos naturais, 18 atrativos culturais e 19 equipamentos de infraestrutura básica, além de



21 equipamentos de apoio ao turismo. Além do levantamento realizado pelos alunos do Curso de Condutores Ambientais, foram identificados outros elementos durante as entrevistas com lideranças locais das comunidades.

Para a constituição do documento final foram integrados dados de pesquisas bibliográficas e de campo, como estratégia para a validação de informações, o que permitiu a retroalimentação de dados de forma contínua, mesmo após o término do Projeto. Lideranças e moradores foram entrevistados para a obtenção de informações sobre estruturas de atendimento básico aos comunitários e quanto à estruturas específicas para o turismo, de modo que tais dados balizem a constituição do Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária de forma racionalizada para o uso sustentável da cultura e recursos naturais.

Na figura 3, a sistematização do processo de inventariação:

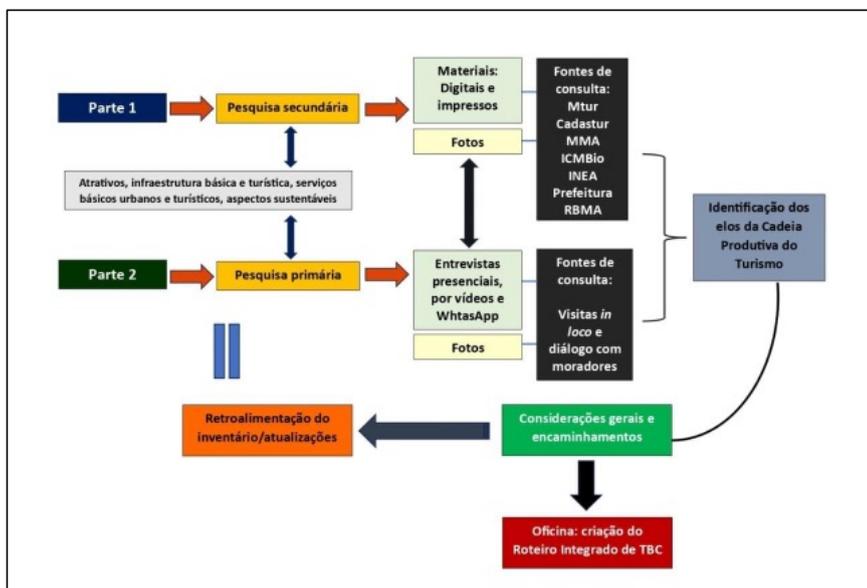


Figura 3 - Processo de inventariação

Considerando-se o objetivo do Projeto, o inventário teve a função de elencar o que as comunidades oferecem e querem oferecer em termos de atratividade turística, como e para quem desejam comercializar determinados produtos e fundamentalmente, quais são os aspectos e os elementos da oferta turística que estas comunidades têm em comum e que poderão ser integrados por meio do Roteiro citado.

Um diferencial desta etapa foi a participação dos alunos dos Cursos de Formação de Condutores Ambientais nos levantamentos de campo, tanto para a validação das informações secundárias, como para exercitar o olhar sobre o potencial atrativo das comunidades, fragilidades locais e dos pontos necessários de intervenção, de modo que se possa inserir estes recursos no Roteiro integrando-os de forma responsável e em consonância aos anseios dos comunitários.

Para este levantamento, os alunos passaram por um treinamento sobre as formas de aplicação de formulários específicos e sobre a percepção ambiental, de modo que o que lhe parece comum, pode ser um diferencial para o Roteiro, ou um aspecto frágil que necessita de maior atenção no tocante a não serem prejudicadas as atividades dos moradores ou o modo de vida da comunidade. O treinamento teve como premissa, balizar os alunos para a identificação e o registro de recursos naturais e culturais, considerando-se aqueles com características preferencialmente sustentáveis associados à estruturas, serviços e atrativos turísticos, bem como levando em consideração sua importância com ferramenta do planejamento turístico voltado à governança sustentável e, técnicas de pesquisa de campo.

Os dados e informações colhidas, passaram por uma triagem quanto à qualidade de conteúdos e data das informações, tanto no âmbito de publicações e materiais impressos, como dos materiais e dados divulgados por meio digital. Todas as informações colhidas, orientaram para a criação do Roteiro Integrado de TBC de modo que fosse possível a seleção dos atrativos, serviços e infraestrutura viáveis para serem inseridos no Roteiro Caiçara: caminhos de Paraty e sua veiculação responsável.

Com base nos levantamentos secundários e na pesquisa de campo, cinco temas se destacaram do ponto de vista da sustentabilidade turística e dos elos da cadeia produtiva do turismo na região e, conseqüentemente para as comunidades abrangidas pelo Projeto, como seguem:



- a) Considerando que vivemos na Era da Tecnologia, o município de Paraty não demonstra uma visão integradora do turismo na região, dada as raras citações das comunidades do Projeto, em sites institucionais, em eventos divulgados, em programas e assim por diante;
- b) As comunidades desconhecem sua história enquanto grupos caiçaras que chegaram na localidade onde vivem;
- c) A cultura caiçara é largamente abordada em estudos acadêmicos e na veiculação promocional do destino Paraty/RJ, mas essa mesma cultura não foi destaque nos levantamentos secundários e de campo;
- d) Os elos da cadeia produtiva de turismo de Paraty/RJ não contemplam as onze comunidades abrangidas pelo projeto, como destinos potenciais atrativos “de” e “para” o TBC. Isto envolve as agências e operadoras, a gestão municipal, os meios de hospedagem, os restaurantes, os alambiques, o Centro de Informações Turísticas, e as mídias da prefeitura municipal;
- e) As agências e operadoras de Paraty, bem como outros estabelecimentos, não veiculam as os atrativos existentes nas comunidades e nem as próprias comunidades.

Resultados obtidos:

- a identificação de recursos naturais e culturais já consolidados como atrativos e outros com potencial para tal e atrelados à análise de intervenções necessárias;
- imagens atualizadas e, a relação destas comunidades como destinos para o turismo sustentável de Base Comunitária associadas à comunicação turística regional, já consolidada na imagem de Paraty/RJ, como destino indutor nacional e estadual do turismo;
- a constatação do estímulo e valorização do saber dos alunos quanto à sua história e o conhecimento de vida sobre o saber e o fazer tradicional caiçara e sua importância como base para a constituição de um Roteiro Integrado sustentável;
- foram registrados 43 atrativos naturais e 18 recursos culturais

tangíveis e intangíveis como por exemplo: edificações, lendas e contos;

- entrevistas com 06 lideranças sobre os aspectos de destaque dos pontos fortes e fragilidades do turismo regional e em cada Comunidade;
- a formação de Condutores Ambientais, associada à instrumentalização dos egressos quanto à cadeia produtiva do turismo e impactos positivos e negativos associados, fortalecerá na identificação de estratégias conjuntas com as gestões das áreas protegidas do território, na implementação de estruturas básicas e turísticas nas comunidades, dado que os formandos, estão capacitados à visão integrada da relações entre comunitários e natureza e, como o turismo pode ser um aliado à conservação de forma menos impactante ou depreciativa.

Na Tabela 1 constam os pontos fortes e as fragilidades das comunidades para atender o TBC.

PONTOS FORTES	FRAGILIDADES
Natureza conservada	Falta de sinalização de segurança e de comunicação geral e turística.
Ancestralidade preservada na maior parte das comunidades	Não saberem utilizar essas informações como atrativo que reforça o pertencimento territorial.
Existência de Associações de Classe	Algumas não têm uma representação que se interessa pelo TBC ou incentiva ações para tal
Perfil acolhedor da maioria dos comunitários com relação ao receptivo do turista	Falta de treinamentos para a capacitação no receptivo de forma padronizada.
Possibilidade de criação de roteiros integrados com os parques	Comunicação efetiva e contínua com as áreas protegida, ainda incipiente
Paraty é um destino turístico indutor que pode favorecer de melhor forma a divulgação das comunidades como destinos de TBC	Falta de interação da Prefeitura de Paraty, da cadeia produtiva de Paraty e do COMTUR com as comunidades caiçaras da Península



O turismo já acontece nas comunidades	Carência no sistema de comunicação interna das comunidades para atendimento ao visitante de forma padronizada e de forma democrática.
Comunidades como destinos do turismo “ecológico” ou “paradisíaco” no território de Paraty/RJ	As comunidades não participam do sistema de gestão do “Destino Paraty” e são veiculadas sem o conhecimento dos comunitários de forma direta, e estas localidades, nem sempre são beneficiadas econômica e financeiramente por estas demandas.
Sinalização básica e turística nas comunidades	Na menor parte das comunidades envolvidas pelo projeto, a sinalização básica é ineficiente (exemplo: não há placa de indicação sobre o nome da comunidade). Sobre a sinalização turística, há placas com conteúdo pouco claros, estruturas em depreciação e/ou depredadas.
Infraestrutura básica e turística existente nas comunidades	Fundamentalmente no tocante às estruturas/serviços de saúde, tratamento de esgoto, remoção de lixo e resíduos, todas as comunidades contam com recursos escassos (funcionam em períodos específicos ou estão em reestruturação), o que impacta a comunidade diante dos fluxos de visitantes. A falta de estrutura de atendimento médico básico, por exemplo, também gera reflexos no gerenciamento de riscos de acidentes; a periodicidade de coleta de lixo/resíduos, favorece a contaminação de solo, da água e do ar, devido ao fato de não haver onde acondicionar este material, gerando-se a possibilidade de impactos ambientais, somado ao lixo/resíduos gerados pelos visitantes, incorre também na gestão de riscos. A manutenção dos atrativos - muitos dos quais integrados ao perímetro de áreas protegidas - necessitam de monitoramento e manutenção (uma dificuldade para REEJ, por exemplo).

Tabela 1 - Fragilidades e Potencialidades identificadas no território para atendimento do Turismo de Base Comunitária

No total foram preenchidos 43 (quarenta e três) formulários de atrativos naturais e 18 (dezoito) formulários de atrativos culturais, foram realizadas sete entrevistas com lideranças e representações comunitárias dentre as onze comunidades envolvidas no projeto. Foram também realizadas as caracterizações gerais de Paraty e da Península da Juatinga, da APA Caiçu, da REEJ e do PARNA Bocaina, totalizando-se 62 (sessenta e duas) caracterizações na área de estudo conforme gráfico 1 a seguir.

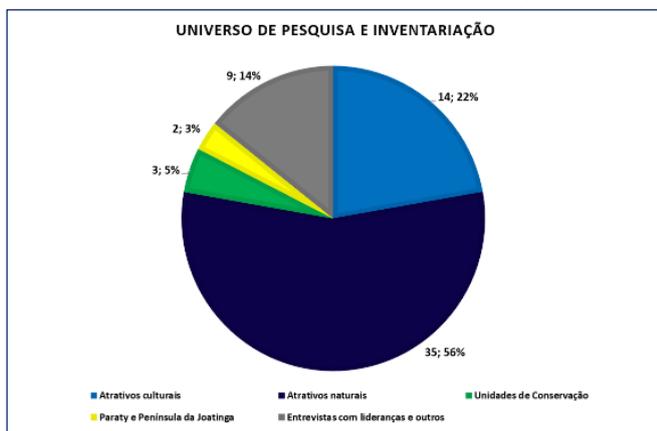


Gráfico 1 - Total de itens inventariados por categoria - Elaboração: IA-RBMA - 2023

O Gráfico 2 apresenta a porcentagem de atrativos naturais de atrativos culturais identificados no processo do inventário.

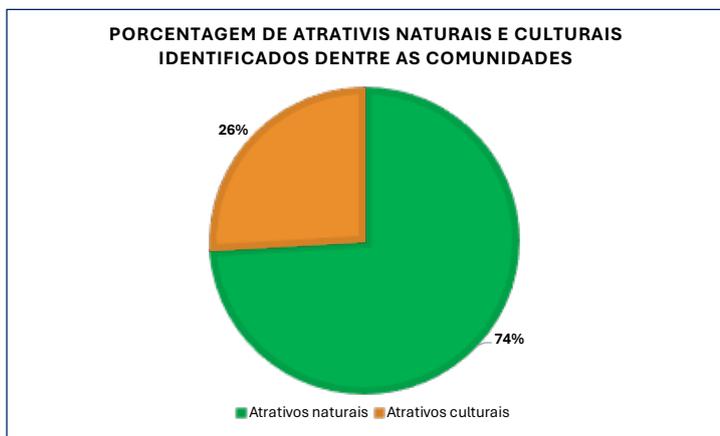


Gráfico 2 - Porcentagem de atrativos naturais de atrativos culturais identificados no processo do inventário. Elaboração: IA-RBMA - 2023



A maior parte dos atrativos registrados pelas comunidades, foi a de categoria natural. Apesar de moradores e lideranças citarem a existência de festas religiosas católicas tradicionais e históricas na região, dados sobre estes potenciais atrativos, foram poucos. Muitos desconhecem a origem de festejos e a importância. Outros, não são católicos, não participam destas comemorações.

A maior parte da atratividade cultural está associada aos “saberes” e “fazer” caçaras, como a pesca de canoa, construção de canoas e cercos, pesca de vara, culinária e artesanato.

Ao longo do inventário a dificuldade de obtenção de dados a respeito da história das comunidades foi contínua, mesmo abordando moradores e lideranças. Uma das justificativas obtidas, foi pelo fato de muitos dos caçaras mais velhos, estarem fora das comunidades ou já terem falecido, não havendo registros orais ou escritos destas informações, uma demanda orientada aos comunitários na Oficina de construção do Roteiro Integrado.

Até a realização da Oficina de construção participativa do Roteiro Integrado, os levantamentos continuaram sendo realizados, retroalimentando o documento inicial.

4.3. Objetivo Específico 3: Formação, qualificação profissional e ambiental por meio de cursos, oficinas e seminários de capacitação do receptivo local, bem como a integração de produtos e serviços turísticos sustentáveis da região.

A terceira etapa foi a realização de dois Cursos de Formação de Condutores Ambientais, três cursos livres e a realização de cinco Oficinas Temáticas que englobam áreas de conhecimento e serviços do mercado turístico regional, como também a instrumentalização para o empreendedorismo e gestão da comunicação.

Esse objetivo envolveu todas as formações do projeto com a finalidade de instrumentalizar os comunitários participantes do processo quanto à importância e o diferencial dos seus conhecimentos (ancestrais ou não) e das suas opiniões para a construção coletiva do Roteiro Integrado. As temáticas, tanto dos cursos quanto das oficinas, foram selecionadas durante a construção do projeto de forma coletiva, considerando-se as

necessidades das comunidades e o contexto sob o qual foi justificado o projeto e anteriormente apresentadas.

O processo educativo foi estruturado por meio da metodologia didático-pedagógica da Eco pedagogia, definida como “...paradigma filosófico apoiado por Paulo Freire que é educar para pensar globalmente; educar os sentimentos; ensinar sobre a identidade da Terra como essencial à condição humana; formar a consciência planetária e educar para a compreensão para o cuidado e para paz, cujos princípios envolvem também mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje...” (in: Pedagogia da Terra – ideias para um debate. Moacir Gadotti. Portugal, 2000). A referida metodologia atende tanto ao Projeto, quanto aos princípios da RBMA em seu Programa de Turismo Sustentável, que zela pelos saberes locais como instrumentos de multiplicação assertiva do conhecimento e da promoção do turismo integrador.

A interdisciplinaridade e a educação ambiental, são a base da identidade dos cursos e de outras modalidades de formação realizadas pelo IA-RBMA, o que favorece e otimiza o processo de elaboração sobre dados e informações trabalhadas em conteúdos técnico-teóricos que, associados às dinâmicas e visitas técnicas (atividades práticas), possibilitam a compreensão mais profunda sobre a dinâmica socioambiental e um novo olhar sobre o indivíduo e as suas relações com o ambiente, com sua história e suas potencialidades criativas. O objetivo desta forma de ensino-aprendizagem é contribuir com a educação mais democrática, crítica e reflexiva, ressignificando a identidade destas comunidades e dos comunitários, incentivando os processos afetivos, cognitivos e comportamentais, contribuindo para a formação de sujeitos sociais, envolvidos em um ecossistema de aprendizagem.

Nesta perspectiva, faz-se necessário que o habitante local se conscientize sobre a importância de reconhecer e valorizar os elementos de sua história e do seu espaço de convívio. E para que esse processo seja possível, a educação deve se configurar como via de acesso à construção de uma nova visão sócio crítica e consciente da comunidade perante o seu patrimônio e a sua própria existência, de maneira a viabilizar o desenvolvimento sustentado da atividade, e principalmente a inclusão e a participação dos residentes nas ações inerentes ao turismo na sua região e na sua comunidade.



4.3.1. Cursos de Formação de Condutores Ambientais

Foram realizados dois Cursos de Formação de Condutores Ambientais com 216 horas/aulas, certificando 80 Condutores Ambientais, moradores das 11 comunidades participantes no Projeto. Cabe ressaltar que devido ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o IA-RBMA e o INEA, os Condutores Ambientais formados nos cursos, foram credenciados pelo órgão ambiental para atuarem profissionalmente na Reserva Estadual Ecológica da Juatinga (REEJ), estabelecendo-se dessa forma, um vínculo democrático e integrador entre a Unidade de Conservação e as comunidades, que se beneficiam mutuamente na gestão do território por meio do turismo sustentável.

Esta modalidade de curso da RBMA, aconteceu em sistema de imersão e, sob esta metodologia, o dia a dia em coletividade exige a comunhão de acordos que incluem as Boas Práticas em grupo e acordos de convivência com vistas ao equilíbrio ambiental e psicológico do grupo, o que também envolve a manutenção da limpeza e organização do alojamento e da sala de aula em conjunto com a equipe do projeto.

Os cursos foram realizados no Núcleo Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar, sob administração da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, uma vez que possui infraestrutura adequada para receber cursos, como os realizados pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Os participantes dos cursos foram indicados pelas comunidades envolvidas no projeto com o apoio dos Coordenadores Locais, atendendo a critérios específicos (ser morador local há mais de 5 anos, ter disponibilidade para permanecer fora de casa por mais de 1 dia, ser maior ou ter 18 anos completos). Todos assinaram os Termos de Ciência de Risco e de Autorização do Uso de Imagem.

Quanto aos docentes, instrutores e palestrantes, foram selecionados preferencialmente, aqueles que apresentaram estratégias didáticas inclusivas, agregando e integrando os saberes locais/tradicionais e o processo de construção do conhecimento.

A grade curricular diversificada e especializada aplicada pela RBMA há mais de 26 anos, passou por ajustes pontuais para atender de modo integrado a legislação vigente no estado do Rio de Janeiro. A grade curricular é composta de Módulos Temáticos Integrados, que sob a ótica do processo de construção de conhecimento, favoreceu o aprendizado

de forma que o aluno desenvolva o olhar sistêmico dos conteúdos, associando-os à realidade e criando novos parâmetros entre seus saberes e os novos conhecimentos adquiridos e compartilhados.

A Grade Curricular atende ao disposto nos seguintes requisitos legais: Resolução Normativa do ICMBio nº 08 de 18/09/2008; Portaria ICMBio nº 769 de 10/12/2019; Decreto INEA nº 42.483 de 23/05/2010; Resolução INEA nº 61 de 04/10/2012; Resolução INEA nº 192 de 18/12/2019 e contempla ainda, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas: ABNT ISO 21101 – Sistema de Gestão de Segurança do Turismo de Aventura; ABNT NBR 15505-1 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 1 – Requisitos para o Produto; ABNT NBR 15505-2 – Turismo com atividades de caminhada – Parte 2 – Classificação de percursos; NBR 15285 – Condutores – Competência de pessoal; ABNT NBR 15286 – Informações mínimas preliminares a clientes; e ABNT ISO 21103 – Informação para participantes; ABNT ISO 21102 – Líderes Competência Pessoal.

MÓDULOS	EIXOS TEMÁTICOS
AULA INTRODUTÓRIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informações gerais sobre o curso e metodologia a ser utilizada; 2. Ética e o trabalho do monitor ambiental; 3. Características, regras e normativas das UC's envolvidas; 4. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
Carga horária	8 horas
MÓDULO I Meio Ambiente e Cultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ecologia básica; biomas, ecossistemas brasileiros com ênfase em Mata Atlântica e ecossistemas associados; 2. Localização geográfica, abrangência e características do meio físico da região; 3. Fauna e flora; <p>Visita técnica – Vivência em Campo I;</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Histórico da ocupação, aspectos socioeconômicos e patrimônio histórico-cultural da região; 5. Ecossistemas costeiros e marinhos na região; 6. Legislação ambiental; 7. Unidades de Conservação e outras áreas protegidas; 8. Unidades de Conservação– histórico, implantação, programas, comunidades etc.; <p>Visita técnica – Vivência em Campo II.</p>
Carga horária	56 horas



MÓDULO II Turismo e Sustentabilidade	<ol style="list-style-type: none">1. Conceitos básicos de turismo, tipologia turística, turismo na atualidade e tendências;2. Conceitos de sustentabilidade;3. Turismo e Sustentabilidade;4. Conceitos e elaboração de Roteiros Turísticos;5. Turismo na comunidade e princípios do planejamento turístico6. Áreas de visitação e roteiros turísticos (Exemplos);7. Políticas públicas, legislação, regulamentação e normas turísticas; Visita técnica – Vivência em Campo III.
Carga horária	24 horas
MÓDULO III Educação Ambiental	<ol style="list-style-type: none">1. Conceitos de Educação Ambiental - Perspectiva reformista x transformadora;2. Histórico da Educação Ambiental;3. A interdisciplinaridade na Educação Ambiental;4. Consumo e meio ambiente;5. Meio ambiente e sustentabilidade;6. Educação ambiental e cidadania;7. Conscientização e responsabilidades;8. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global;9. Declaração De Princípios Éticos Fundamentais - A Carta Da Terra;10. A importância da educação ambiental no processo pedagógico da experiência turística;11. Jogos e atividades que visam a integração do grupo e o entendimento do indivíduo como parte construtiva da sociedade; Visita técnica – Vivência em Campo IV.
Carga horária	16 horas

<p>MÓDULO IV O trabalho do Monitor / Condutor Ambiental</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Monitor/condutor local e sua atuação profissional; 2. Planejamento e técnicas de condução de grupos em áreas naturais; 3. Apresentação pessoal e postura profissional (ética profissional); 4. Monitor ambiental como um/a educador/ambiental <p>Visita técnica – Vivência em Campo V;</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Atividades lúdicas e educativas na natureza (jogos e atividades que visem à integração do grupo e ao entendimento do indivíduo como parte construtiva da sociedade); 6. Monitoramento e manejo da visitação pública; 7. Visita técnica – Vivência em Campo VI; 8. Noções básicas de orientação e navegação; 9. Práticas de interpretação de trilhas e outros atrativos, princípios das atividades de mínimo impacto; 10. Prevenção de impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades; <p>Visita técnica – Vivência em Campo VII;</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. Legislação e o trabalho dos condutores/monitores ambientais. 12. Comunicação (Sensibilidade do entorno; Construção de discurso explicativo; Da ideia à fala; Expressão de ideias através dos gestos; O corpo como agente de expressão).
<p>Carga horária</p>	<p>52 horas</p>
<p>MÓDULO V Suporte Básico de Vida (Segurança e Primeiros Socorros)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções básicas para o gerenciamento de riscos em equipamentos, primeiros socorros e animais peçonhentos; 2. Plano de contingência; <p>Visita técnica – Vivência em Campo VIII;</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Sistema de saúde regional; 4. Planejamento familiar; 5. Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST; 6. Acessibilidade; <p>Visita técnica – Vivência em Campo IX;</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Noções de prevenção de acidentes e combate a incêndios; 8. Técnica de Busca e Salvamento Aquático; <p>Visita técnica – Vivência em Campo X.</p>
<p>Carga horária</p>	<p>40 horas</p>



MÓDULO VI Organização comunitária e agenda 2030 local – “A construção de um turismo de base local”	<ol style="list-style-type: none">1. Associativismo e cooperativismo;2. Conceitos e elaboração de Planos de Negócios;3. Marketing turístico;4. Infraestrutura local e regional;5. Relações entre setores e atores envolvidos com o Turismo;6. Legislação Aplicável;7. Mídias Digitais.
Carga horária	16 horas
Oficina de avaliação	Avaliação dos conhecimentos adquiridos e avaliação geral do curso
Carga horária	04 horas
Carga horária total	216 horas

Tabela 2 - Grade Curricular - Curso Básico de Condutores Ambientais – Fonte: IA-RBMA - 2000

Obs.: Alguns dos temas foram tratados por todos os professores e desenvolvidos no decorrer dos módulos e não se apresentam tacitamente na grade curricular. São assuntos que transcendem à disciplina propriamente dita, mas são alicerces da construção das atitudes sociais. Assim a ética, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, a sexualidade, a globalização, o cooperativismo e, especialmente a ação comunitária, uma vez que ela que irá alavancar a formação de um grupo de ação para operacionalizar, organizar e representar a atividade, que é um dos objetivos do curso. Este objetivo talvez seja o que assegure a plena efetivação de uma monitoria ambiental na região, proporcionando um foro de discussão e encaminhamento de propostas e soluções às questões surgidas no exercício da atividade e ou a integração a outros grupos com o mesmo fim.

Distribuição de carga horária

Os cursos foram ministrados em módulos temáticos, com duração mínima de quatro dias e duração máxima de nove dias. Os módulos mais longos foram divididos em duas partes e ministrados preferencialmente em dias de semana (segunda a sexta) em dois blocos de quatro horas/aulas, no período da manhã e tarde com intervalos entre módulos de 15 dias.



Certificação

Quanto à conclusão do curso, os alunos, devidamente aprovados, receberam os certificados que cumpriram os critérios estabelecidos. Isto também foi aplicado para credenciamento de monitores ambientais que atuaram nas unidades de conservação.

Os alunos aptos à certificação são aqueles que frequentaram cada módulo em 75% ou mais e obtiveram nota superior a 6,0. A avaliação julgou se o aluno alcançou uma parcela próxima (dois terços) dos objetivos propostos, tomando-se esta fração como satisfatória. Nos casos em que os alunos deixaram de frequentar a totalidade do módulo, sem, contudo, comprometer a carga horária total (75%) há a expedição de atestado de conclusão de curso, constando a falta da carga horária do módulo específico, que deverá ser cumprida na realização de uma capacitação futura. Este procedimento foi seguido também para os casos de reprovação por insuficiência (abaixo de 6,0).



Imagem 4 - Formandos do 3º e 4º Curso de Formação Básica de Condutores Ambientais - Entrega de certificados

Salienta-se que nesta etapa do projeto, estabeleceram-se novas parcerias como: apoio da Fundação Florestal do Estado de São Paulo e o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) que cedeu o espaço do Núcleo Picinguaba para realização das atividades do curso. Ressalta-se também, o apoio do INEA/REEJ, ICMBIO e Prefeitura Municipal de Paraty, referente à viabilização do transporte dos alunos dos Cursos.

Ao final dos dois Cursos, os participantes realizaram um prova dos conhecimentos apreendidos, a avaliação da estrutura didático-pedagógica de ambos, e das estruturas físicas disponibilizadas e, uma autoavaliação.

Nas autoavaliações, os destaques foram: expressões de conquista,

realização, integração, conexões de amizade, esperança e apropriação de conhecimento histórico, pertencimento territorial e respeito à ancestralidade, e autovalorização. O sentido de conectividade entre comunitários, está entre a maior parte de depoimentos e expressão escrita nos formulários. Na totalidade, os egressos registraram a satisfação com os cursos em termos de conteúdos, logística e qualidade dos instrutores/docentes.



Imagem 5 – Módulo I – Meio Ambiente e Cultura
- Aula de Geologia – Foto: Equipe do Projeto



Imagem 6 - Módulo I – – Meio Ambiente e
Cultura -Palestra sobre a Reserva da Biosfera da
Mata Atlântica - Foto: Equipe do Projeto



Imagem 7 – Módulo IV – O Trabalho do Monitor
Ambiental – Aula prática de Técnicas Verticais –
Foto: Equipe do Projeto



Imagem 8 – Módulo V – Primeiros Socorros –
Aula de Técnicas de Busca e Salvamento Aquático
- Foto: Equipe do Projeto



Imagem 9 – Módulo IV – O Trabalho do Monitor Ambiental - Aula prática de Técnicas de Navegação na Mata – Foto: Equipe do Projeto



Imagem 10 – Módulo V - Primeiros Socorros – Aula prática de Primeiros Socorros e Remoção de Vítima - Foto: Equipe do Projeto



Imagem 11 – Módulo III – Educação Ambiental - Aula prática de Técnicas de Educação Ambiental - Foto: Equipe do Projeto



Imagem 12 - Módulo I – Meio Ambiente e Cultura - Palestra Unidades de Conservação administradas pelo ICMBio na área abrangida pelo Projeto - Foto: Equipe do Projeto



Imagem 13 – Módulo IV – O Trabalho do Monitor Ambiental - Aula prática de Análise e Gerenciamento de Riscos em Atrativos Naturais – Foto Equipe do Projeto



Imagem 14 - Módulo I – Meio Ambiente e Cultura - Palestra sobre a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, administrada pelo INEA - Foto Equipe do Projeto

4.3.2. Realização de Oficinas Temáticas

4.3.2.1. Oficina de Mídias Digitais

Realização de três oficinas de mídias digitais com oito horas/aulas cada oficina e que envolveram subtemas como descrição e apresentação de veículos de comunicação, desenvolvimento do pensamento estratégico para a gestão e publicação em redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube e Hotsite), etapas do planejamento e do gerenciamento de canais de comunicação das mídias sociais como ferramenta de marketing para os profissionais de mercado, técnicas de produção de vídeos em celulares, com ênfase na atuação dos Condutores/Monitores ambientais e, estratégias de comunicação, planejamento e organização das redes sociais no Roteiro Integrado de Base Comunitária na Península da Juatinga/RJ.

A oficina teve como base as atividades teóricas e práticas, envolvendo o uso dos aparelhos celulares dos alunos que acessaram a internet e contas de redes sociais particulares para a prática de técnicas de filmagem, edição e postagem de fotos e vídeos e veiculação correta da informações utilizando os recursos das mídias sociais Facebook, Instagram e do Youtube e Hotsite quando possível. A Oficina foi conduzida por um profissional local, moradora tradicional da Comunidade de Ponta Negra com o apoio da equipe executiva do projeto.



Imagem 15 - Oficinas de Mídias Digitais – Foto: Equipe do Projeto



4.3.2.2. *Oficinas de Empreendedorismo*

Realização de três oficinas de planejamento e gestão das atividades turísticas com 12 horas/aulas cada oficina, a fim de fornecer conhecimentos sobre o perfil do empreendedor de acordo com os conceitos sobre o que é mercado de consumo, finanças e organização.

As Oficinas de Empreendedorismo foram realizadas utilizando estratégias de aprendizagem teórico-prática. Os participantes foram instrumentalizados sobre os conceitos do empreendedorismo, sua origem no mundo e no Brasil e a importância de empreender localmente para a constituição da rede de negócios regional.

Além da apresentação de definições e conceitos usuais sobre o “empreender”, os participantes foram atualizados quanto aos dados do empreendedorismo no Brasil e no mundo, destacando-se o crescimento do empreendedorismo autônomo nas últimas duas décadas, inclusive no mercado turístico, mercado onde a atividade de Condutores e Monitores Ambientais vem crescendo em regiões estratégicas do Brasil, ressaltando a importância destes profissionais para a Cadeia Produtiva do Turismo e para a sustentabilidade do TBC (Turismo de Base Comunitária).

Os participantes receberam material de apoio com orientações de como se tornarem MEI (Microempreendedores Individuais) e sobre as características deste tipo de Pessoa Jurídica com a análise de vantagens e desvantagens, bem como foram orientados de como obter um CNPJ da categoria Ltda.ME. A abordagem destes dois últimos temas, teve o objetivo de mostrar como um autônomo pode ser formalizado legalmente de acordo com o tipo de serviço a ser prestado, os investimentos iniciais necessários associados e assim por diante.

4.3.2.3. *Oficina sobre Técnicas de segurança alimentar/manipulação de alimentos*

Realização de três oficinas de Segurança Alimentar/manipulação de alimentos com 16 horas/aulas cada, que objetivaram instrumentalizar os moradores locais quanto à importância das técnicas de manipulação de alimentos e sobre segurança alimentar. Existe relação direta com a sustentabilidade dos empreendimentos e dos prestadores de serviços no tocante ao Turismo de Base Comunitária, pois segurança alimentar significa o acesso físico, social e econômico permanente a alimentos seguros,

nutritivos e em quantidade suficiente para todos, prestadores de serviços e consumidores.

Os conteúdos foram embasados nas legislações e normas da ANVISA e OMS e os participantes foram instrumentalizados com relação ao planejamento sobre os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), que auxiliam na compra, controle de compras, estocagem e controle de estoque e formas corretas de armazenamentos de insumos secos, molhados, refrigerados, perecíveis e não perecíveis. Em sendo as Oficinas realizadas em Pousadas parceiras, os participantes puderam visitar as cozinhas, analisar a estrutura e procedimentos de estocagem de alimentos.



Imagem 16 - Oficina de Segurança Alimentar e Técnicas de Manipulação de Alimentos – Fotos: Equipe do Projeto

4.3.2.4. *Oficinas de Técnicas de Hospedagem e Bem Receber*

Realização de três Oficinas sobre Técnicas de Hospedagem e Bem Receber, com 16 horas/aulas cada. Esta Oficina, objetivou instrumentalizar os participantes quanto à importância dos meios de hospedagem e da hotelaria para o turismo mundial e nacional. e, Esta Oficina mostra como esse segmento de mercado é diferencial, sendo um dos principais elos da cadeia produtiva do turismo e obviamente no Turismo de Base Comunitária (TBC), interrelacionando-se sustentabilidade a todos os processos inerentes à prestação de serviços e na acolhida dos hóspedes, manutenção estrutural, limpeza, imagem do estabelecimento, divulgação etc.

O conteúdo das atividades envolveu o conceito de qualidade e hospitalidade, a definição de meios de hospedagem, as normas associadas



ao setor, os antecedentes históricos da hospedagem no mundo e no Brasil e curiosidades, meios de hospedagem que são atrativos turísticos, padrões de qualidade que têm relação direta com as técnicas e preceitos do Bem Receber, com a postura e a ética no atendimento ao cliente e na gestão hoteleira.

Foram apresentados e debatidos métodos e ferramentas para a obtenção e manutenção da qualidade de pousadas, campings, Hostels e outros meios de hospedagem e da forma de como aplicá-los no dia a dia do empreendimento. Ao longo da Oficina o conceito de Bem Receber e práticas associadas, foi colocado como o diferencial comprovado à frente de concorrentes de mercado e destinos, portanto um instrumento que ajuda o Turismo de Base Comunitária, e o desenvolvimento pessoal-profissional, levando em consideração o verdadeiro critério da boa qualidade, que é a preferência do consumidor.

A qualidade não está atrelada ao produto final e sim nas atividades de cada uma das pessoas que compõem as diversas unidades do sistema operacional de um estabelecimento de hospedagem. Conforme o Plano Nacional de Turismo (2022), os participantes foram convidados a adotar as seguintes práticas sustentáveis nas comunidades:

- Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico;
- Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local;
- Possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística;
- Intensificar o combate à violação dos direitos de crianças e adolescentes no turismo;
- Crescimento econômico e sustentável;
- Inclusão social, emprego e redução da pobreza;
- Eficiência de recursos, proteção ambiental e mudança climática;
- Valores culturais, diversidade e patrimônio;
- Entendimento mútuo, paz e segurança.

A Oficina foi composta por abordagens teóricas, debates e exercícios em grupos para a construção da realidade da oferta de hospedagem na região, com apontamentos dos pontos fortes e fragilidades.

4.3.2.5. Realização de oficina de organização de associação comunitária

Realização de uma Oficina de Introdução ao Associativismo, com 24 horas/aulas, e com o objetivo de capacitar representantes de associações locais e grupos informais na área de abrangência do Projeto, com vistas a instrumentalizá-los sobre a formalização dos grupos comunitários.

O tema Associativismo foi abordado em outras ocasiões ao longo das Oficinas de Empreendedorismo e nos Cursos de Formação Básica de Condutores Ambientais, considerando-se que esta forma de organização vem sendo adotada no mercado turístico em diversos destinos, uma vez que propõe a integração comunitária e a adoção de práticas de planejamento objetivas e constituídas coletivamente (desenvolvimento de um trabalho conjunto em prol de uma meta comum apesar dos interesses adversos).

O escopo desta Oficina foi o conceito de que o associativismo colabora e pode promover a formação de uma rede de apoio contínuo e ativa para o desenvolvimento das comunidades que atuam com o turismo de base local, fortalecendo a atuação territorial e facilitando as relações entre os atores locais. Os participantes debateram sobre a associação coletiva, como forma de minimizar as tensões da competição inerente ao mercado turístico e como contribuição à elaboração de normas e regras coletivas para atuação comunitária e exercitarem a constituição de uma Associação de Condutores Locais, Código de Ética e Regimento Interno. Receberam também orientações sobre as normas contábeis, jurídicas e administrativas deste tipo de organização. Esta Oficina foi conduzida por um consultor do SEBRAE.

4.3.2.6. Curso de Observação de aves

A realização deste curso se deu pela demanda apresentada pelos moradores locais com relação ao segmento de Birdwatching (Observação de pássaros), uma modalidade do turismo de natureza que leva benefícios às comunidades, o que inclui a valorização de saberes locais e o conhecimento sobre a dinâmica natural, viabilizando a abertura de outras fontes de renda associadas diretamente ao Turismo de Base Comunitária e que complementam conteúdos abordados.

A prática do Birdwatching é considerada uma forma de lazer que não provoca a degradação ambiental e impactos nocivos às localidades anfitriãs



em decorrência do perfil da demanda que a prática desta atividade se encaixando na proposta de implantação do Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na região alvo do projeto. Absorvida pelo roteiro e pelas comunidades de um modo geral, este segmento traz aos comunitários o acesso à “ciência cidadã”, valorizando os saberes coletivos comunitários caiçaras.

O mercado envolvido na observação de aves no Brasil tem estimado um potencial para movimentar mais de R\$ 90 milhões em 2022. O Brasil possui 20% de todas as espécies de pássaros do planeta, oferecendo uma grande diversidade para os praticantes de “Birdwatching”. A região de Paraty é um destes destinos nacionais, o que reforça a importância do Roteiro Integrado.



Imagem 17 - Curso de Observação de Aves – Equipe do Projeto

4.3.2.7. Curso de Análise e Gestão de Riscos

Realização de um Curso de Oficina Análise e Gestão de Riscos, com 24 horas/aulas, voltado para Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade-ABAT, com o objetivo de capacitar os barqueiros/condutores náuticos para a identificação dos perigos e riscos existentes na área da Enseada do Caixadaço, com vistas a elevar o nível de segurança dos visitantes e minimizar o impacto ambiental na área.

Este curso foi uma demanda da Associação de Barqueiros e Pequenos

Pescadores de Trindade para serem instrumentalizados sobre a realização estudos/levantamentos quanto a gestão de riscos na sua área de atuação. Uma vez que, para continuarem a prestarem serviços de condução náutica, eles precisavam apresentar ao ICMBio um relatório técnico para atender as condicionantes previstas na “Autorização para Serviço de Transporte Aquaviário de passageiros para fins turísticos na enseada Caixa d’Aço – Parque Nacional da Serra da Bocaina”.

O curso foi embasado ABNT ISO 21101 – Sistema de Gestão de Segurança do Turismo de Aventura - as Normas Técnicas para Turismo de Aventura possuem enfoque em Sistemas de Gestão de Segurança e Gerenciamento de risco que levam em conta a prevenção dos acidentes por meio de análises de riscos detalhadas com a finalidade de estabelecer parâmetros e procedimentos para as situações de emergência nas atividades turísticas.

Resultados obtidos:

Técnicos da RBMA, especialistas nessa temática, participaram dos levantamentos em campo e elaboraram o documento “Avaliação e Gestão de Riscos da Atividade na Enseada do Caixa d’Aço - Parque Nacional da Serra da Bocaina”, a ser entregue ao órgão ambiental pela ABAT.



Imagem 18 - Curso de Análise e Gestão de Riscos, voltado para os integrantes da ABAT - Equipe do Projeto



4.2.3.8. Curso de Manejo de Trilhas

Realização de um Curso de Manejo de Trilhas, com 16 horas/aulas, com o objetivo de instrumentalizar os participantes sobre a identificação dos impactos, fragilidades e especificidades dos meios físico e biótico das trilhas usadas para uso turístico e técnicas de mínimo impacto para manejo e intervenção em trilhas inseridas nos ambientes naturais

O curso foi voltado para os condutores ambientais formados pelo projeto e contou com a participação de técnicos do ICMBio, as aulas práticas foram realizadas na Trilha da Pedra que Engole em Trindade, onde os alunos identificaram os impactos em todo o trajeto da trilha e fizeram proposições de manejo, considerando: intervenções e investimentos necessários, bem como recomendações para a conservação por meio do uso orientado.

Durante as aulas teóricas foram discutidas estratégias de manejo para a manutenção e conservação dos recursos naturais nas trilhas, bem como, foram apresentadas pelos alunos propostas de manejo e técnicas de mínimo impacto ao ambiente natural, levando-se em conta a conservação ambiental e a segurança dos usuários.



Imagem 19 - Aula Prática do Curso Manejo de Trilhas – Foto: Conduutora Ambiental – Amanda Martins R. Cesaroni Monteiro

4.4. Objetivo Específico 4: Criação do Produto Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga e sua governança

A realização da organização e do planejamento integrado do Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty/RJ – Oficina de planejamento participativo com 16 horas cada que envolveu os participantes e parceiros do projeto, bem como representantes do trade de turismo de Paraty.

Durante a realização desta Oficina, foi oficializado o “Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty”, com enfoque nas comunidades caiçaras da Península da Juatinga, além das comunidades de Paraty-Mirim e Trindade; ficou pré-definido o sistema de gestão (governança do Roteiro) assegurando seu caráter integrador e participativo; foi definido que o Roteiro Caiçara, seja também, o segundo “Roteiro da Biosfera” e a constituição de um grupo para elaboração do **Plano de Ação Para a Implantação do Roteiro Caiçara nos Caminhos de Paraty/RJ**.

Durante essa Oficina o INEA/REEJ realizou a entrega das credenciais aos condutores ambientais formados pela RBMA, além da eleição da diretoria da Associação de Condutores de Paraty – ACAP, que estava paralisada desde 2010 e que foi retomada a partir da realização dos cursos de condutores ambientais no âmbito do projeto.

4.5. Objetivo Específico 5: Realizar ações de comunicação, promoção e divulgação do Roteiro Integrado

Os produtos do “ROTEIRO CAICARA NOS CAMINHOS DE PARATY/RJ” foram concebidos durante a realização do Objetivo 5. O nome do Roteiro foi definido de forma coletiva e participativa pelos condutores ambientais, juntamente com a equipe executiva do Projeto e aprovado durante a realização do Objetivo Específico 4: Criação do Produto Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga e sua governança.

Como principais produtos do Roteiro Caiçara, foi a criação do manual e logotipo da marca, criação do site: www.roteirocaicara.com.br, produção de vídeos dos principais atrativos e comunidades envolvidas no projeto, Portifólio do Roteiro, Criação de Instagram e Campanhas de divulgação do Roteiro; Produção de dezoito banners e um passaporte, para distribuição aos visitantes que poderá ser carimbado na visita às comunidades, além



dessa publicação técnica.

Seguem abaixo os principais produtos gerados:

- 10 vídeos
- Um curta metragem com foco na divulgação do roteiro caiçara, com 5 minutos de duração.
- Um curta metragem sobre a execução do projeto, trazendo os relatos das lideranças comunitárias e dos participantes dos cursos, oficinas e outras do projeto – É neste vídeo que é apresentado mais reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária e também os resultados e desdobramentos gerados pelo projeto, com 13 minutos de duração.
- Oito vídeos em formato Reels, trazendo as belezas naturais e culturais das comunidades caiçaras de: Trindade, Laranjeiras, Praia do Sono, Ponta Negra, Ponta da Juatinga, Pouso da Cajaíba, Saco do Mamangá e Paraty-Mirim.

01 MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL E LOGOTIPO



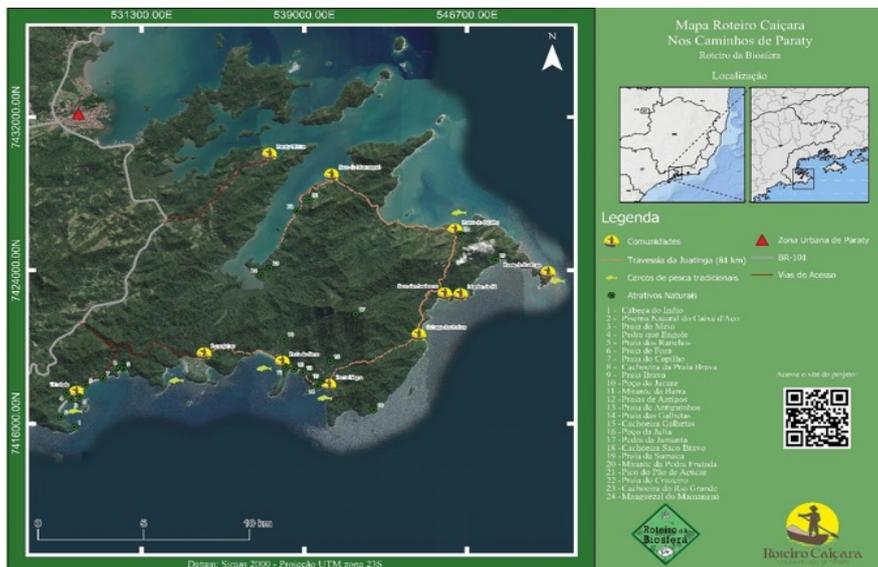
01 PASSAPORTE



01 PORTIFÓLIO



01 MAPA





01 SITE



18 BANNERS

COMUNIDADE DE LARANJEIRAS

Laranjeiras é uma comunidade cercada pela exuberante Mata Atlântica, localizada na zona sul do Rio de Janeiro. Ela está a aproximadamente 23 km de Paraty, e próxima à divisa com Ubatuba, em São Paulo. A região é conhecida por sua rica história e cultura caçara.

Laranjeiras oferece cachoeiras e cinco praias paradisíacas, além de trilhas com vistas deslumbrantes. Uma piscina natural cercada por costões rochosos é um lugar especial para fazer mergulho livre e observar aves marinhas.

Na culinária caçara, você pode experimentar pratos tradicionais como o pirão e o famoso "azul marinho". Condutores ambientais treinados e certificados tornam seu passeio uma experiência diferenciada. Laranjeiras está de braços abertos para recebê-lo com todo o acolhimento caçara!

5. RESULTADOS PREVISTOS E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO

Os resultados previstos estão relacionados às ações e aos produtos que compuseram cada um dos objetivos específicos do Projeto. Todas as ações e os produtos associados aos cinco objetivos específicos do Projeto e respectivos indicadores, foram cumpridos em sua totalidade, dentro dos prazos estabelecidos e envolvendo o número de participantes previsto, o que denota a eficiência nos processos de articulação e veiculação das informações do projeto e, cumprimento do Plano de Ação.

5.1. Com relação aos resultados específicos, temos:

- A relação entre os parceiros do projeto ocorreu de forma construtiva e democrática, envolvendo representantes das iniciativas públicas e privadas e os comunitários. Tal relação se dá por meio de uma estrutura comunicacional integradora do projeto, baseada no diálogo direto entre a Equipe Executiva e esses parceiros;
- A expectativa e o interesse dos comunitários para a participação nos Cursos de Formação de Monitores Ambientais e de parceiros como a REEJ e o ICMBio com relação ao projeto como um todo, foram estabelecidos pelos vínculos de cooperação que envolveram a mobilização para a cessão de transporte dos alunos ao local de realização dos Cursos e o combustível para o abastecimento dos veículos;
- Foram formados 38 Condutores Ambientais no 3º Curso de Formação Básica de Condutores/Monitores Ambientais e 42 Condutores Ambientais no 4º Curso de Formação Básica de Condutores/Monitores Ambientais, totalizando 80 Condutores Ambientais formados. Cabe aqui ressaltar que, nos anos de 2003 e 2004, foram realizados o 1º e o 2º Curso de Formação Básica de Condutores/Monitores Ambientais em Ecoturismo (nos quais foram formados aproximadamente 70 condutores ambientais), realizado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em parceria com a Associação Cairuçu.



- Participação de aproximadamente 360 pessoas nas Oficinas Temáticas e 60 pessoas nos cursos livres, totalizando 420 participantes;
- Os dois cursos de Formação de Condutores Ambientais avaliados como excelentes por 97% dos participantes;
- Como resultado individual para os egressos dos Cursos de Formação de Condutores Ambientais, os destaques foram o estímulo e a retomada da auto estima, do estabelecimento de laços de amizade com moradores de outras comunidades vizinhas, a valorização da capacidade das mulheres no trabalho, o resgate e o conhecimento da ancestralidade, o reconhecimento de que saberes tradicionais são a base para a sustentabilidade, o entendimento de que o modo de fazer o turismo e receber o visitante já faz parte das Boas Práticas dos comunitários no dia a dia e no bom senso do coletivo nas comunidades, a alegria de poderem ser ouvidos e expressarem conhecimentos adquiridos com as histórias dos familiares caiçaras e a vontade de resgatar suas origens históricas;
- Avaliação da estrutura e dos profissionais (palestrantes/docentes) dos Cursos e Oficinas: 94% classificados como excelentes;
- Expressão dos egressos dos Cursos em conhecerem outras Unidades de Conservação no Bioma Mata Atlântica, em outros estados o que inclui o desejo de realização de intercâmbios;
- Doação de 09 notebooks para associações locais e comunidades participantes do projeto.

5.2. Desdobramentos do Projeto

Merece destaque, a menção aos desdobramentos (resultados não previstos no Projeto), consequência do contínuo planejamento estratégico participativo e do diálogo aberto com parceiros e lideranças, que seguem listadas;

- Reativação da Associação dos Condutores Ambientais de Paraty, criada no ano de 2005 e paralisada na década de 2010;
- Aproximação entre as comunidades e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga-REEJ, administrada pelo INEA. Essa aproximação criou possibilitou a abertura de diálogo entre as

comunidades e o órgão ambiental, o que tem possibilitado ao INEA rever a recategorização da REEJ, uma vez que essa categoria de Unidade de Conservação não é contemplada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC.

- Celebração do Termo de Cooperação entre o IA-RBMA e a REEJ/ INEA, o que gerou o credenciamento dos Condutores Ambientais formados nos dois Cursos;
- 80 Condutores Ambientais credenciados pelo INEA, para atuarem profissionalmente na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga/ REEJ.
- Realização de três cursos livres que foram inseridos ao longo do projeto, por demanda dos participantes do projeto, são eles: Curso de Observação de Aves, Curso de Manejo de Trilhas e Curso de Análise e Gerenciamento de Riscos, este último voltado à Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade-ABAT;
- Relatório técnico de “Avaliação e Gestão de Riscos da Atividade na Enseada do Caixa d’Aço - Parque Nacional da Serra da Bocaina”, a ser entregue ao órgão ambiental pela ABAT.
- Realização de expedição envolvendo comunitários, representantes da REEJ e coordenadores locais, para a testagem do Roteiro Caiçara e identificação de pontos estratégicos para intervenções de ordem indicativa e interpretativa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Implantação do Roteiro Integrado de Turismo de Base Comunitária na Península da Juatinga/RJ”, gerou diversos resultados que traduzem a identidade da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica sobre os princípios da transparência e equidade entre os envolvidos nas diversas ações que executa.

Os caracteres de replicabilidade e participação são uma constante nos projetos elaborados e executados pela Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e representam os pilares para a mobilização local com vistas ao efetivo engajamento dos diversos atores e parceiros ao longo de todo o processo de execução de ações



que, no caso do Projeto em questão, foi desenvolvido por meio de cinco ações relacionadas entre si, atingindo-se os resultados previstos pela proposta, mas fundamentalmente desdobramentos em consolidação antes mesmo do encerramento oficial das atividades.

Neste sentido, a comunicação contínua e transparente, interna e externa, ao Projeto, merece destaque, pois favoreceu a consolidação de parcerias entre o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e as comunidades para além de suas lideranças, bem como junto a algumas instâncias governamentais, estabelecendo-se relações sólidas voltadas para o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária e envolvendo as onze comunidades abrangidas.

Ao longo dos dezoito meses de trabalho, as ações foram paulatinamente mobilizando pessoas, o que incluiu os parceiros já consolidados e outros novos, que fazem parte do Hall dos desdobramentos do projeto anteriormente citados, demonstrando que o Turismo de Base Comunitária, tem um novo olhar sobre “como desenvolver um turismo mais justo e sustentável” e alcança as diversas esferas sociais e de gestão da localidade, inclusive aproximando os atores locais, fundamentalmente no tocante aos gestores e demais colaboradores que atuam em Áreas Protegidas na região.

Como atrativo diferencial em Paraty, o Roteiro Caiçara nos caminhos de Paraty, agrega valor ao destino, gerando renda por meio do pelo protagonismo das comunidades tradicionais caiçaras de forma descentralizada, incentivando inclusive para a criação de políticas públicas.

Tais atividades voltadas a este tipo de turismo, foram delineadas em conformidade com a realidade e com a identidade do modo de viver caiçara, mesclando atributos da terra e do mar para acolher os visitantes que buscam experiências na natureza integradas à cultura local, o que configura o Roteiro como o segundo Roteiro da Biosfera no Brasil, devidamente estruturado com base nos levantamentos sobre a atratividade das comunidades envolvidas.

Para alcançar a identidade e o formato do Roteiro, o Projeto integrou ações de mobilização para a organização local coletiva, as capacitações básicas e as oficinas temáticas e oficinas de planejamento participativo com vistas às tomadas de decisão sobre planejamento de atividades e constituição do Roteiro Integrado, de modo que o maior número

de atores locais fosse envolvido e tivesse mais voz, pois participar do processo de planejamento no todo, permite a definição clara dos objetivos e a superação de desafios, com maior pertencimento.

A estratégia foi treinar os moradores tradicionais para a gestão do turismo, valorizando seus saberes ancestrais e integrando-os à realidade de mercado na qual o seu conhecimento tradicional é o diferencial na promoção das comunidades por meio do TBC. O perfil dos participantes envolveu um número de homens e mulheres quase equiparado, entre 18 e 60 anos de idade, na maioria com formação completa no Ensino Médio e com a expectativa de se profissionalizar na atuação junto ao mercado de turismo regional, de modo a obter complementação de renda e a conservação da cultura caiçara ao desenvolvimento de uma atividade de mercado ininterrupta mundialmente: o turismo.

O Roteiro Caiçara nos caminhos de Paraty, como produto final do Projeto, representa um atrativo turístico sustentável e misto, construído a várias mãos, com a identidade local caiçara destacada à luz dos demais atrativos turísticos explorados em Paraty/RJ e que pela primeira vez na região, contribui para que os moradores destas comunidades, em diálogo contínuo e até então “estranhos” entre si na sua maior parte, sigam em comunhão em prol do desenvolvimento local por meio da realização de atividades turísticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, São Paulo.

AZEVEDO, João. Enraização de propostas turísticas. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 147-163.

BANDUCCI JR. Álvaro; BARRETTO, Margarita (orgs.) Introdução. In: Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BARROS, A. L. R. de.; RODRIGUES, C. G. O. Educação Diferenciada e Turismo de Base Comunitária nos territórios caiçaras de Paraty-RJ. Ambiente social, São Paulo, v. 22, 2019.



BEGOSSI, A. 1995. Cultural and Ecological Resilience among Caiçaras of the Atlantic Forest Coast and Caboclos of the Amazon (Brazil). (no prelo) In: Linking Social and Ecological Systems for Resilience and Sustainability. F. Barks & C. Folke (eds.). The Beijer International Institute of Ecological Economics.

BERNARDES, S. Comunidade Caiçara de Picinguaba preserva Ilha das Couves com Turismo de Base Comunitária. Preservar é Resistir. Paraty, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88 p.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília: IBAMA, Diretoria de Ecossistemas, 2000, Brasília, 18 jul. 2000.

_____. Lei nº 2.892, de 15 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Ubatuba, Ubatuba, 15 dez. 2006.

BRASL. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). Inventário da Oferta Turística: Metodologia. Brasília: EMBRATUR, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Fortalecimento do Turismo Regionalizado: Estudos Analíticos Sobre Metodologias de Inventariação da Oferta Turística Nacional. Brasília: MTUR, 2005.

Buck, Nick Kantorowicz. Turismo de base comunitária no território da Bocaina – Brasil : tecendo parcerias e redes em busca da sustentabilidade / Nick Kantorowicz Buck. - 2020. 92 f.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. p. 76-91.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 13, n. 1, 2015, p. 57-71.

CAVALIERI, L. A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Joatinga. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

COOPER, Chris; SHEPHERD, Rebecca; WESTLAKE, John. Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade. Tradução, Rosemary Neves de Sales Dias, Cíntia Kaori Yotoka e Laura Martins Arnstein. São Paulo: Roca, 2001. (coleção de treinamento e educação em turismo da Organização Mundial do Turismo).

CORIOLOANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Internet e redes: articulações do turismo comunitário. In: BENI, M. C. Turismo – planejamento estratégico e capacidade de gestão. Barueri: Manole, 2012.

DIAS R. Turismo Sustentável e Meio Ambiente 1. ed. 4. reimp. São Paulo, Atlas, 2008.

DIEGUES, A.C.S. O mito da natureza intocada. Hucitec, São Paulo, 1994. DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. (Orgs.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ESPINHA, A. M. L; LINO, Clayton Ferreira; CASTRO, Cláudio Eduardo de: Capacitação de Monitores ambientais em áreas cársticas com potencial turístico. In: 13º CIE/ 4ºCLACE / 26º Cong. Brasileiro de Espeleologia, 2001, Brasília-DF. Speleology in the Third Millennium: Sustainable Development of arts environmental. Speleo Brasil2001 proceedings, 2001.

FERNANDES, Rhuan Muniz Sartore; GABRIELLI, Lucas Augusto Gonçalves; MARINHO, Raíssa de Souza. Preservar é re-existir: a luta das comunidades caiçaras da península da Juatinga com a presença e a ausência do turismo durante a pandemia de COVID-19. Revista Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 7, nº 13, pp. 88-104, janeiro-abril de 2021. Submissão em: 02/02/2021. Aceito em: 12/04/2021. ISSN: 2316-8544.

GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, Território Brasilis, 2002.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária:



inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-119.

LINO, Clayton Ferreira; ESPINHA, A. M. L; Alto Valle do Ribeira: Reconstruyendo el equilibrio del sistema hombre-naturaleza en una Área Piloto de la Reserva de la Biosfera de la Mata Atlántica (Brasil)", no LIBRO DEL ECOTURISMO MUNDIAL, 2002.

LINO, Clayton Ferreira; ESPINHA, A. M. L; ALBUQUERQUE, João Lucílio Ruegger: Conservación & Desarrollo Sostenible en la Mata Atlántica no Libro sobre experiencias exitosas en las Reservas de la Biosfera: de países que integran la Red Iberomab, 2007.

LOUREIRO, C.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. et al. Sociedade e Meio Ambiente: educação em debate. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MOESCH, Marutschka. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2002 MORETTO, Vasco Pedro. Construtivismo: a produção do conhecimento em aula. 3. ed.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). Turismo de Base Comunitária – TBC. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2019.

OLIVEIRA, A.C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade – Paraty-RJ. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. p. 319-333.

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Gestão Sustentável e Qualificação Profissional em Meios de Hospedagem Estudo de caso Paraty/Rio de Janeiro. Série Cadernos da RBMA, São Paulo, 2010.

SOUZA, V. M.; LOUREIRO, F. B. A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ. Revista Cadernos de Educação, nº51, 2015, ISSN: 2178-079X.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marrakech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 3, n. 1, abr., 2009, p. 4-24.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142 - 161.

VEAL, A. J. *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph, 2011.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2008.

Referências eletrônicas:

Turismo de Base Comunitária – Reflexões sobre caminhos e desafios – SESC SP. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/turismo-de-base-comunitaria-reflexoes-sobre-o-conceito-caminhos-e-desafios/>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Rio De Janeiro. (2016). PRODUTO 1 ao 12. Projeto de Inventariação dos Destinos Turísticos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SETUR/UFF. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2019000100304&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de junho de 2023.

O inventário da Oferta Turística. Disponível em: <http://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em 20 de abril de 2023.

Parques Estaduais do Rio de Janeiro. Disponível em: http://parquesestaduais.inea.rj.gov.br/reej_mapa.php. Acesso em: 20 de maio de 2023.

Turismo sustentável APA Cairucu. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cairucu/visitacao/turismo_sustentavel.html. Acesso em: 20 de maio de 2023.



A APA Cairuçu. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cairucu>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

Mapa de localização da península da Joatinga. Disponível em: http://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-com-a-localizacao-da-Peninsula-da-Juatinga_fig1_295400952. Acesso em janeiro de 2023.

Promoção



Realização



Parcerias

